



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO BÁSICO
(EREREBÁ)**

Rafael Conceição Falcão

TORTO ARADO: um caminho literário para o debate das
identidades raciais

Rio de Janeiro
2024

Rafael Conceição Falcão

TORTO ARADO: um caminho literário para o debate das identidades raciais

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Relações Étnico Raciais para a Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Étnico Raciais para a Educação Básica

Orientadora: Professora/Dra. Silvia Barros.

Rio de Janeiro
2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

F178 Falcão, Rafael Conceição
Torto Arado : um caminho literário para o debate das identidades raciais / Rafael Conceição Falcão. - Rio de Janeiro, 2024.

21 f.

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Sílvia Barros da Silva Freire.

1. Relações étnico-raciais - Estudo e ensino. 2. Literatura brasileira - Escritores negros. 3. Vieira Junior, Itamar, 1979-. Torto arado. 4. Negros - Identidade racial. 5. Quilombos. 6. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de Janeiro de 2003]. 7. Brasil. [Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008]. I. Freire, Sílvia Barros da Silva. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Rafael Conceição Falcão

TORTO ARADO: um caminho literário para o debate das identidades raciais

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Relações Étnico Raciais para a Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Étnico Raciais para a Educação Básica

Aprovado em: 26/04/2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvia Barros da Silva Freire
EREREBA / Colégio Pedro II

Prof. Me. Caroline da Matta Cunha Pérez
EREREBA / Colégio Pedro II

Prof. Me. Ingrid de Oliveira Matos
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2024

TORTO ARADO: um caminho literário para o debate das identidades raciais

Rafael Conceição Falcão

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar a obra *Torto Arado* do autor Itamar Vieira Jr. para refletir sobre a construção da identidade étnico racial negra na escola. Através do uso da literatura, o texto irá refletir sobre a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 na Educação Básica. Ao longo do texto, iremos debater sobre a criação do quilombo literário em prol da valorização e manutenção da herança cultural negra na escrita. Em seguida, analisar a obra *Torto Arado* do escritor ganhador do Prêmio Jabuti e seu potencial de valorização da identidade negra. E por fim, falaremos sobre a aplicação das leis supracitadas na escola através da literatura analisada anteriormente.

Palavras-chave: Literatura; Torto Arado, Identidade, Raça, Quilombo.

TORTO ARADO: A LITERARY PATH FOR THE DEBATE ON RACIAL IDENTITIES

Abstract / Resumen: This article aims to analyze the work *Torto Arado* by the author Itamar Vieira Jr. in order to reflect on the construction of black ethnic and racial identity at school. Through the use of literature, the text will reflect on the application of Laws 10.639/03 and 11.645/08 in basic education. Throughout the text, we will discuss the creation of the literary quilombo in favor of valuing and maintaining black cultural heritage in writing. We will then analyze the work *Torto Arado* by the Jabuti Prize-winning writer and its potential for valuing black identity. And finally, we will talk about the application of the aforementioned laws at school through the literature analyzed above.

Keywords / Palabras clave: Literature; Torto Arado, Identity, Race, Quilombo.

1 INTRODUÇÃO

Existir pode significar muitas coisas. Há a possibilidade de se pensar e por consequência existir. Há quem diga que para existir é preciso agir. E há quem diga que para existir é preciso haver palavra (Amadou Hampaté Bâ, 1981). Acho que eu me alinho à última. A palavra tem o dom de dobrar o ferro, brotar a árvore, curvar o rio, mover o gado, acalmar o choro inocente e soprar vida no barro de Nanã. A partir do mundo que criamos com o dom de narrar, podemos pensar em diversas possibilidades de se existir. Quando Hampaté Bâ escreve sobre o poder da voz, ele fala sobre a tradição oral africana e a valorização dos griots na cultura. Hampaté Bâ (1981) percebe que valorizar o hábito de contar histórias e refletir sobre elas é colocar a cultura oral na centralidade da identidade negro africana. Na construção do Brasil, essa herança se faz presente de diversas formas.

Contar histórias está presente na escola, quando pensamos na educação infantil e sua construção de saberes e habilidades através da contação em roda. Está presente nos terreiros de candomblé, que formam seus fundamentos e saberes através do diálogo com os mais velhos. Está no samba, quando a velha guarda se coloca a contar as experiências e vivências nos anos de desfile na avenida. Está nas casas de subúrbio, quando um mais velho vai falar sobre as mudanças percebidas entre a sua geração e a geração atual. O narrar faz parte da perpetuação da identidade do negro brasileiro, ele possibilita uma equidade na criação de seus mundos. Contar histórias faz com que seja possível dobrar o tecido da vida para que ele te vista bem.

Há nesse movimento, porém, um grande empecilho para a perpetuação desse fazer de mundos negros. A cultura oral não é valorizada pela construção social e educacional brasileira. País colonizado pelo ocidentalismo, aqui se faz necessário pôr no papel aquilo que se acredita. Só vale o escrito. O negro, que a cada dia sobrevive ao martírio que o condena desde que foi embarcado no projeto de nação brasileira, aprendeu a escrever. A seu modo, e por vezes no modo imposto pelo outro, passou a escrever todos os mundos que já foram e são contados nos cantos negros do Brasil. Ainda que a caneta tenha sido roubada de sua mão muitas vezes, há uma insistência em produzir narrativas, pois dobrar a palavra, dominá-la, é parte do seu existir.

Mais um obstáculo. O negro brasileiro passou a escrever. Eu passo a escrever. Mas na escola, somente a literatura que fala de um certo Brasil é valorizada, só a literatura brasileira faz parte do currículo. Aparentemente, ser negro não é ser brasileiro. Soa estranho. A população do Brasil é composta por 53% de negros (IBGE, 2022), mas ser negro não é ser brasileiro. Faz-se necessário escrever mais, ler mais, vender mais. O negro insiste em querer ser parte da escola. A escola forma o negro, então se o negro fizer parte da escola, a escola possibilita que mais negros se vejam negros. Se ver negro enquanto pertencente a uma identidade que lhe permite a vida, um diálogo sobre ser e não sobre a cor. De cor a gente sabe, a gente enxerga. Mas a identidade, saber que existimos, só passa a se formar quando a gente fala sobre ela. A gente cria. A gente estuda e faz com que na força bruta da lei a gente possa ser palavra dita, lida e estudada na escola.

Em 2003, a lei 10.639 entra em vigor para que o negro seja parte do currículo escolar. Anos de luta. Nilma Lino Gomes (2017) falou que o movimento negro batalha para educar a população. O movimento quer letrar todos para que se enxerguem as cores que compõem as identidades nacionais. Ampliamos o debate, falamos dos nossos povos indígenas que querem contar suas histórias também, querem dialogar sobre a formação do Brasil. O Brasil é negro e é indígena. Pouca coisa muda. Muita coisa muda. Tudo muda, mas em passos pequenos e lentos. São passos firmes, mas não são seguros. A cada mudança de governo a gente balança, assim como o pêndulo político entre direita e esquerda. Não há firmeza, então a gente começa a mostrar mais estratégia. Nos moldes deles a gente começa a criar informação, saber,

narrativa, imagem, história, vídeo e palavra para provar que há negro no Brasil. Há um Brasil negro e não existe Brasil sem negro.

Aqui nesta reflexão, vamos pensar em como criar firmeza. Vamos escrever sobre o valor de se estudar literatura negra brasileira para composição de um Brasil inteiro. Por partes, vamos refletir sobre a criação do quilombo literário em prol da valorização e da manutenção da herança cultural negra na escrita. Em seguida, refletir sobre a obra *Torto Arado* do escritor ganhador do Prêmio Jabuti Itamar Vieira Jr (e cito o prêmio para valorizar os nossos nos moldes deles) e seu potencial de valorização da identidade negra. Por fim, falaremos sobre a aplicação da lei 10.639 na escola através da literatura analisada anteriormente.

Criamos aqui, através da palavra, o nosso contrato para compreensão de um Brasil mais negro e de uma educação que enxergue a cor de todos que compõem a nacionalidade e a formação nacional.

2 METODOLOGIA

No desenrolar deste texto faremos uma breve análise bibliográfica sobre a literatura negra no Brasil e a luta do movimento negro na manutenção da escrita de autoria negra. Depois iremos fazer uma análise literária da obra *Torto Arado* dialogando com o pensar literário de Allan Rosa (2019) e a análise do discurso de Modesto (2021). Por fim, iremos fazer uma proposta pedagógica pensando nas diretrizes educacionais pensadas a partir da lei 10.639/03 e à luz da 11.645/08.

A primeira fase se faz necessária para que se construa um repertório acadêmico sobre o que se entende por literatura negra. A partir desse levantamento vou oferecer uma possibilidade de percurso para quem deseja começar a caminhar em direção aos estudos literários, uma possibilidade de se pensar a formação acadêmica que valoriza autores literários negros e pesquisadores negros. Opto por autores e pesquisadores negros para que possamos construir uma análise onde o negro não é o outro. E em uma pesquisa que se propõe a pensar na construção de identidade, é necessário observar detalhes que atravessam lugares entendidos por seus pares. Essa breve reflexão irá nos localizar histórica e academicamente sobre o contexto literário onde o livro é produzido.

A análise literária se dá pela necessidade de conhecer o material que iremos pensar enquanto possibilidade de instrumento de ensino. Eu escolhi esse livro porque ele foi, para mim, instrumento de formação identitária mesmo na vida adulta. Quando, em 2022, eu li a história escrita por Itamar Vieira Jr, pude repensar a forma de enxergar a minha identidade e refletir sobre a formação do país. Os atravessamentos que as palavras produziram em mim reforçaram o meu desejo em cursar uma pós-graduação que dialogasse com uma educação racializada e me levasse a pensar de forma crítica sobre as minhas práticas educacionais. Convido para essa reflexão Rosa e Modesto, pois acredito que ambos se enquadram no perfil acadêmico descrito na minha breve análise bibliográfica: cientistas negros que refletem sobre o negro não como mero objeto de pesquisa, mas como parte de uma mesma comunidade, um semelhante que reflete sua própria existência enquanto indivíduo.

Por fim, almejo trazer toda essa mistura para a sala de aula. A escola sempre foi um espaço de transformação, mesmo que tardio, daquilo que a sociedade entende enquanto necessário para uma boa formação cidadã. Não há a possibilidade de criar um Brasil que se vê mais negro se a escola que forma a todos não pertence a este debate. Minha proposta, então, é para que possamos refletir sobre que papel a literatura pode ter na escola de forma transdisciplinar e atendendo as demandas das Diretrizes Curriculares para Educação Étnico-Racial e para Educação Quilombola.

Começemos.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Literatura de cor

Ao longo do século XIX, um projeto de nação brasileira foi fortemente pensado para unificação de uma identidade nacional. Na pintura, na música, na política e na literatura projetos de Brasil foram feitos para que houvesse um distanciamento da influência portuguesa. Nessa trama, o negro passou a aparecer nos mais variados textos como parte do país. Mas escritos por autores brancos, suas primeiras aparições sempre remetiam a um lugar de subalternização ou escravidão. O projeto de país que estava em prática não tinha interesse em ver o negro como membro integral da sociedade. O negro era uma parte ruim a se eliminar. As aparições dele no texto e na política era algo indesejado e que maculava o ideal de cidadania e valores morais. Havia uma outra nação, não havia um outro lugar para o negro.

A preocupação era conceber uma nação por meio de uma fantasia de futuro. O que eles queriam para o Brasil? Um país de população totalmente branca. Por quê? A maioria desses intelectuais concordava com a ideia de superioridade congênita da chamada raça branca, tese que legitimaria para a sociedade todo o processo escravista no estatuto colonial e a discriminação no pós-abolição. (Cutí, 2010, p.17)

Quando Cuti (2010) reflete sobre o projeto ideológico de nação do século XIX, ele nos convida a questionar as heranças que fundamentam a nossa percepção quanto à diversidade racial e étnica no país. Não há como acreditar em um Brasil que celebra uma democracia racial se em sua fundação encontramos marcas de distinção intelectual entre brancos, negros e indígenas. Uma fundação centralizada na brancura enquanto ideal de poder, intelectualidade e imagem. E é nesse contexto que começamos a construir a nossa literatura, uma escrita que coisifica o negro e o associa a todo mal nacional. De certo, essa literatura era composta por autores brancos, em sua maioria. Eram jogos de imaginar o lugar que o negro ocupou, ocupava e ocuparia. Sempre o mesmo lugar, o de não pertencer ao ideal de nação.

Ao analisar alguns textos desse período, Cuti observa como a nomeação do “eu” e do “outro”, do “nós” e do “eles” constrói um imaginário das relações étnico raciais nacionais, mesmo em um período em que o tema não era uma discussão. Para o pesquisador, imprimir no texto a distinção entre nós e eles é assumir a construção de diferentes sujeitos biossociais que produzem discursos sobre uma identidade própria. Um afastamento entre o que é ser negro, ser branco e ser brasileiro. A reafirmação da não existência de uma democracia racial neste país.

Toni Morrison (2017), uma grande escritora negra estadunidense, afirma que essa localização estática do negro pode ser entendida como o fetiche da cor. Morrison, em busca de entender a produção literária de seu país, analisa obras de cânones nacionais, como Faulkner e Hemingway, e chega à conclusão de que não há horror maior que a cor. Na literatura desses dois autores, é possível encontrar trechos que afirmam que a miscigenação é mais perigosa que o incesto e que um ato de caridade para com um negro é um ato de altruísmo genuíno. O negro é o lugar do mal, do feio e do que é preciso ser evitado. Na análise do texto desses autores, Morrison afirma que existiam leis que reafirmavam os valores que eles impunham a seus personagens e isso produz um problema a longo prazo, pois “[...] embora não sejam mais aplicáveis, elas proporcionam a base sobre a qual muitos escritores evoluíram com grande estilo.” (Morrison, 2017, p.75). É essa literatura que fez com que a autora passasse a escrever da cor sem nomeá-la. O negro como marcador do mal levou Morrison a escrever sobre si sem nomear a sua cor, mas transparecendo a identidade de cada personagem. Para ela, a cor

deveria ser apagada do texto, mas facilmente deduzida. O objetivo dela era humanizar quem sempre era desumanizado.

Morrison nos apresenta uma forma de reconstituir a identidade racial de uma sociedade, mas não há um caminho único para a humanização do negro. Ao debatermos sobre nomear ou não nomear a negritude no texto, incluo Cuti (2010) nesse debate mais uma vez dialogando sobre o que seria, então, a literatura negra. Para refletir sobre isso, Cuti escreve sobre o debate em que Wole Soyinka fala “Um tigre não fala sobre a sua tigretude, ele salta sobre sua presa para devorá-la.” (Cuti, 2010, p.55) e o poeta Leopold Senghor responde “Tigre não fala”. Cuti cita tal evento para reafirmar a necessidade do povo negro em falar da sua existência, pois enquanto Soyinka pensa que é necessário agir, Senghor acredita que falar é importante para não ter sua identidade negada a si mesmo. Esta dicotomia de pensamento nos leva a refletir se há uma limitação temática para o autor negro e o que tal limitação impõe, ou não. No mesmo texto, Cuti fala sobre a preocupação com o empobrecimento da literatura se a identidade do autor for o único parâmetro de escolha de um texto. Afinal, a escolha de gênero textual, o estilo de narrativa, o cenário escolhido e outros detalhes que constroem uma obra não são elementos uníssonos na experiência de ser negro no Brasil

Para este artigo, debateremos sobre uma autoria negra que fala sobre negritude, não sobre política afirmativa de identidade, mas sobre a experiência de ser negro. Acredito que a tentativa de separação entre raça e vivência é falha, pois não há uma setorização da experiência humana. Sou negro quando trabalho, quando estudo, quando escrevo, quando amo e quando caminho nas ruas. Ser negro é um atravessamento que me toma mesmo quando não tenho intenção de refletir sobre ele. Cidinha da Silva (2022), em uma crônica sobre manifestações culturais e religiosas em Porto Alegre, afirma que mesmo os negros que não pertenciam as religiões de matriz africana defendiam seu direito de se manifestar. Por vezes, o padre de uma igreja católica não tinha tempo para ouvir as lamentações de gente de cor ou fazer os batismos de crianças pretas, mas na irmandade e nos batuques eles sempre eram ouvidos, lá eles eram gente. Cidinha escreve nesse mesmo texto que seu pai sempre dizia que o segredo “Era um Negro apoiar o outro, sempre. Porque ninguém faria pela gente.” (Da Silva, 2022, p.52). Manter viva a cultura e a tradição preta é fazer a manutenção da nossa vida. Aqui precisamos refletir sobre a cor.

3.2 Quilombo literário, ou o ubuntu da publicação.

Após muitos anos de variadas publicações, alguns poucos autores negros começaram a ganhar mais espaço no fim do século XIX e início do século XX. Luiz Gama, Cruz e Sousa, Lima Barreto, por exemplo, são autores exponenciais da literatura brasileira que se afirmavam amantes de sua cor. Ao longo de suas literaturas, eles frequentemente racializavam seus personagens, localizavam seus eus líricos e exaltavam a beleza do negro e a plenitude de se estar em comunidade. No entanto, eram autores que caminhavam sós. Seus textos, publicações e reflexões eram frutos de uma coletividade negra que resistia frente a tentativa de supressão de sua existência. Porém, suas caminhadas no trabalho eram cercadas de homens e mulheres brancas que nem sempre compreendiam a complexidade das críticas que os mesmos empregavam em seus textos. Mas estavam lá, diretas e abertamente declaradas.

Muitos de seus leitores não percebiam a profundidade de suas críticas por não enxergam a autonomia do negro no Brasil. O sociólogo Stuart Hall (1996), no seu texto ‘Quem precisa de identidade?’ afirma que para existir o eu, é necessário que haja o outro. A produção de uma categoria sempre existe em detrimento da outra. No entanto, o branco sempre se viu como modelo único de humanização, por tal, muitas críticas empregadas por autores negros não foram entendidas. O que nos garantiu a possibilidade de dialogarmos coletivamente sobre como nos fortalecermos e reafirmarmos a devoção a nossa cultura e a

nossa cor sem longos embates. Usávamos o silêncio como instrumento político para nossa sobrevivência.

Essa coletividade ideológica que constrói e fortalece uns aos outros, Abdias do Nascimento chamou de quilombismo. Em um texto de 1980, o pesquisador e ativista propõe aos seus irmãos negros que façamos um trabalho de resgate da memória negra de forma coletiva. Ao criticar historiadores que afirmam que a história do negro brasileiro começa nos navios negreiros, Abdias nos convoca a refletir sobre que heranças Africanas mantivemos vivas na história do Brasil. Para ele, há uma memória negra coletiva que sempre nos manterá em comunidade e em luta contra a marginalização do negro. Abdias acredita que há no coletivo uma força que nos mantém em movimento. Nesse mesmo texto o autor cria uma cartilha para que possamos nos orientar em como agir em comunhão e traz um glossário de termos e palavras de nossa cultura que são oriundas de nossa herança africana. É necessário valorizar nossa palavra e nosso diálogo.

Em consonância com as observações sócio históricas e políticas defendidas por Abdias do Nascimento (1980), outros militantes participantes do movimento em prol da população negra criaram um espaço de publicação para pretos e pretas. Os Cadernos Negros nasceram a partir das publicações oriundas de diferentes agentes literários que estavam interessados em exaltar a literatura sobre o negro. Com uma formação iniciada em meados dos anos 1970, os cadernos negros se colocaram enquanto marca de validação e valorização da identidade negra através da literatura em São Paulo nos anos de 1980. Através de publicações que oscilavam entre anuais e semestrais, haviam textos de autores baianos, cariocas e mineiros que se interessavam em produzir e consumir uma literatura que operava em prol da reafirmação de uma identidade racializada. Eram agentes que percebiam que se fazia necessário criar locais de registro da cultura que permeava as relações sociais dos negros ao redor do Brasil. Era uma abertura forçada de um espaço de publicação onde negros poderiam livremente submeter seus mundos criados e recriados a partir do poder da palavra. Os Cadernos Negros ainda operam com publicações anuais de diversos autores negros que querem espaços para publicação no mercado literário, o que nos indica que houve mudança, mas ainda há caminho a percorrer. Para Márcio Barbosa:

[...] os cadernos, como diz Éle Semog, redescobrem a beleza de nossa gente e têm colocado mais africanidade na literatura brasileira. Trabalhando com o imaginário, no sentido de enriquecê-lo, a literatura contribui para alargar as possibilidades de autoconhecimento e auto aceitação de negros e não-negros. (Barbosa, 1997)

Esse espaço de fortificação da identidade negra viabilizou, e viabiliza, muitas mudanças na sociedade. Márcio Barbosa (1997) afirma que há uma tendência em se afirmar que a literatura não tem um poder de transformação social necessário para gerar consciência racial e está limitada àqueles que são letrados. Mas ante tantos avanços e mudanças na sociedade a partir dos anos de 1980 é impossível não reconhecer o papel da literatura nessas mudanças sociais. A história negra sempre circulou entre os seus e sempre mobilizou um espaço de coletividade e encontros, a publicação dessas histórias amplificou a capacidade de nos reunirmos ao redor da palavra para celebrarmos nossas vivências e experiências.

Morrison, em seu texto “Narrar o outro” (2017), fala sobre uma reportagem de um reverendo chamado P.S. Bassett e seu encontro com Margaret Garner - uma mulher negra estadunidense que, durante a fuga de uma fazenda, tentou matar seu bebê para que ele não vivesse a escravidão – para ilustrar os diferentes olhares sobre um mesmo evento. Enquanto Bassett escreveu seu texto sobre os horrores que uma pessoa pode praticar em decorrência do medo e do desespero, Morrison construiu uma personagem baseada em Margaret que se permitia perdoar e era perdoada por seu bebê. Morrison afirma que a ficção permite a ela

experimental situações difíceis no lugar do outro. Quando ela escreve uma personagem baseada em Margaret, ela não está preocupada com os eventos em si, mas como a construção de subjetividade de seus personagens a atravessa, e isso só é possível quando você se vê no outro. Na vida real Margaret foi condenada a voltar a fazenda e faleceu escravizada. Na história de Morrison, a personagem pôde receber o perdão e a compreensão de todos pelo desejo de liberdade de seu bebê. Morrison enxergava em Margaret uma subjetividade e uma humanização que Bassett não compreendia. O reverendo em seu texto condenou os males que a escravidão poderia causar, mas não conseguia entender a calma que Margaret possuía ao assumir seus atos e não se arrependê-los, pois, a escravidão, para ela, era a morte em vida.

Não acredito que atos tão duros, como relatados acima, são passíveis de leituras simples e julgamentos diretos. Não os cito como o intuito de pensar na dor e sofrimento com que a escravidão moderna nos marcou. Acredito que analisar como Morrison e Bassett centralizam sua escrita em locais diferentes nos permite perceber como a identidade do autor é atravessada por uma subjetividade que é inalienável à compreensão do todo. Cuti (2010) afirma que é muito comum que a população negra seja representada na literatura brasileira a partir de um imaginário limitante. Tal processo se dá porque ainda há uma dificuldade em compreender a história do negro brasileiro de forma ampla, complexa e subjetiva. Assim, um escravo só é força e subserviência para um autor branco, enquanto para autores negros ele possui relações de dor e afeto, de enfrentamentos diretos, ou não, à escravidão, conflitos morais ante a sua comunidade, desejos e medos pertinentes sua própria vida. Cuti diz que “Na releitura emocionada da história, escritores negros vão estabelecer uma forte empatia com outros negros, construindo com eles uma noção de coletivo.” (Cuti, 2010, p.94)

A literatura tem a possibilidade de construir coletividade e produzir novas histórias que conduzem o negro à um lugar de centralidade. Encontrar no texto uma forma de compreender-se para além de sujeito subalterno de sua própria história, é um caminho para construção de uma identidade forte que se entrelaça a noção de raça para se fortificar. É construir-se a partir da leitura do outro, é se ver sendo o eu-lírico ou protagonista em textos que você não escreveu. Construir futuros possíveis através de outros corpos que se assemelham e se diferem do nosso.

3.3 Aonde queremos chegar

A construção de textos que valorizem a identidade do negro passa a fazer sentido quando encontra indivíduos que estão em busca de uma compreensão de si. Há, para literatura, uma demanda de textos que dialoguem com a população. No entanto, a ponte entre o leitor e o livro é construída através de alguns caminhos: a relação do indivíduo com a leitura, a relação da família com a contação de história e a relação entre sociedade e escola. Agora que compreendemos a necessidade da literatura negra para construção de subjetividade no imaginário nacional, precisamos refletir em como construir esse caminho.

Os *Cadernos Negros*, assim como os projetos de produção artística do Abdias do Nascimento, nos apresentam possibilidades de como letrar a população negra para compreensão e valorização da própria história. O movimento da história do negro no currículo escolar é uma demanda dos movimentos sociais negros há algum tempo. Nilma Lino Gomes em seu livro “O Movimento Negro Educador” (2017), nos apresenta a trajetória das lutas sociais e políticas que o movimento negro traçou para a construção de legados (como leis e projetos culturais, por exemplo) que encaminhem a sociedade ao reconhecimento de suas diferenças sociais e étnicas. A luta do movimento negro consiste em exigir do estado o reconhecimento de que as pessoas são tratadas a partir de uma distinção racial e que o ideal de cidadão ainda está pautado num ideal de brancura física e intelectual.

Gomes, no primeiro capítulo do seu livro, afirma que o movimento negro deve ser entendido enquanto um ator político que opera a partir das demandas coletivas de seus membros. E no processo de reconstrução de uma sociedade, ela afirma que leis e políticas de estado devem ser criadas para que haja uma mudança efetiva nas relações sociais pois:

O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como uma construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (Gomes, 2017,p.38)

Quando Hall (1996) fala sobre a produção da diferença em uma sociedade, ele nos destaca as diferentes vertentes e possibilidades para tal. Entender o outro, por exemplo, pode ser um caminho para entender como uma identidade se constitui. No entanto, há uma afirmativa dele sobre a relação de poder entre nomeador e nomeado que se encaixa na nossa busca para repensarmos as relações sociais preestabelecidas pela cor em nossa sociedade. Se pensarmos que passamos a existir enquanto categoria social quando nos nomeamos e, por consequência, nomeamos o outro, é necessário observar quem tem o poder de nomear a si mesmo e ao outro. Se coube ao branco escolher que nomenclaturas utilizar para construção da identidade dos negros, é possível perceber que parte da identidade do negro passa pela subjetividade do branco. Ou seja, coube ao outro elencar o que pode ou não ser produzido sobre a minha identidade. Por isso, a emancipação que o movimento negro busca para a população, de acordo com Gomes, é necessária. É preciso criar caminhos que concedam autonomia para a sociedade.

Ao voltarmos a falar de educação, esse movimento de autonomia começa a ser pensado de forma estatal com a promulgação da lei 10.639/03 e de sua atualização, alguns anos depois, com a lei 11.645/08. Ambos os códigos legais objetivam a valorização da cultura, história, arte e literatura negra na escola. Construimos aqui uma possibilidade de ampla mobilização de crianças, adolescentes e jovens em prol da equidade racial. Essa conquista simbolizou e simboliza um ganho exponencial para o movimento negro.

Todavia, como não há uma padronização formativa quanto ao tema raça entre os indivíduos que acessam o cargo de docência, temos uma grande parte de professores não interessados ou que não dominam as variadas vertentes de cultura negra no Brasil, assim, junto à lei, temos a produção de um currículo que nos orienta para a construção de uma educação racializada. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são os documentos balizadores do professor na construção da sua aula. O texto é construído para a valorização da cultura negra, para a reparação das mazelas causadas pela escravidão e discriminação do negro na sociedade, reconhecimento das heranças africanas na cultura brasileira, respeito e compreensão das religiões de matriz africana, fortalecimentos das diversas identidades e muitos outros aspectos. É possível perceber que estamos caminhando para um espaço de educação que repensa seu currículo a partir da entrada e da permanência do negro e do indígena na escola, assim fazendo com que as dinâmicas de poder e domínio de conhecimento no ambiente escolar sejam revistas.

Em um outro texto sobre currículo, Nilma Lino Gomes (2018) questiona as escolhas na construção da escola atualmente. Ela afirma que as mudanças curriculares mais recentes não atendem a todos os problemas na sala de aula, mas abrem margem para que repensemos as políticas educacionais de forma geral. Ela questiona, por exemplo, por que a leitura na escola sempre se pauta no cânone, destacando que o cânone nem sempre é capaz de dialogar com o aluno. E, muitas vezes, esse cânone está embebido de preconceitos e falas que, hoje, são lidas como inadequadas. Nilma nos convida a refletir sobre isso e pensa na possibilidade

da leitura de um livro mais contemporâneo ao lado do clássico. Ainda nesse tópico, ela dialoga com a pesquisa da professora Ana Célia da Silva (UNEB,1995) para afirmar que a construção da identidade perpassa a escola. Silva afirma que os livros didáticos, por vezes, estão carregados de estereótipos que não ajudam no fortalecimento de uma identidade negra e acabam impedindo o aluno negro de construir a sua própria história.

Percebemos, através desse diálogo, que é preciso reorganizar a estrutura escolar para que possamos construir, coletivamente, variados referenciais para consolidação de identidades étnicas, de gênero e sexualidade através de políticas públicas educacionais e culturais. Para isso, os convido para uma reflexão sobre o título *Torto Arado*, de Itamar Vieira Jr, e para que a partir dele possamos discutir as possibilidades de valorizar a cultura brasileira, reforçar as identidades negras, repensar os papéis dos indivíduos na história nacional.

3.4 Torto Arado

O livro *Torto Arado*, vencedor do prêmio LeYa, em 2018 - prêmio que contempla romances inéditos em língua portuguesa - foi escrito por Itamar Vieira Jr e lançado em 2019 pela editora Todavia. O livro conta a história de uma comunidade localizada no interior da Bahia através da vida de duas irmãs, Belonísia e Bibiana, que são conectadas eternamente pela relação fraternal e por um acidente que une a vida de uma à outra. Ao longo dos capítulos acompanhamos três narradoras relatando as diversas aventuras vividas pelos moradores de Água Negra – comunidade onde quase todos os infortúnios e encontros se passam – e juntos delas refletimos sobre o pesar da história do Brasil na vida do negro brasileiro. A narrativa começa na infância das personagens e termina com ambas as irmãs idosas, o que gera diferentes perspectivas sobre o povoado e sobre como a identidade delas e outros personagens são construídas. O livro ganhou diversos prêmios além do já mencionado LeYa 2018, como por exemplo, o Prêmio LeYa de 2018, o Prêmio Jabuti 2020, o Prêmio Oceanos 2020 e o Prêmio Montluc Résistance et Liberté 2024.

O autor do livro é um homem nordestino negro formado em geografia pela Universidade Federal da Bahia, em cujo mestrado pesquisou a especulação imobiliária em Salvador, e no doutorado pesquisou a formação de comunidades quilombolas no interior da Bahia, também pela UFBA. Em 2006, é empossado funcionário público pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e, desde 2009, atua na regularização de comunidades quilombolas. Essas informações são de extrema importância para a análise da obra. O discurso produzido pelo autor deve ser analisado através do dito e o que não está diretamente dito, de acordo com Modesto (2021, p.10) “Quando, no entanto, a temática racial deixa de ser visada, os atravessamentos das condições de produção racializadas dos discursos aparecem deixando suas marcas”. As palavras e a ausência delas passam a ganhar sentidos que precisam ser observados pelo todo. Por meio de seu livro Itamar constrói aspectos identitários que conectam a territorialidade, a raça e a cultura na formação de seus personagens e através de suas palavras iremos refletir sobre tal.

Observando esses três aspectos iremos discutir sobre que possibilidade o livro nos viabiliza para pensarmos na construção identitária negra no Brasil e como levar tal possibilidade à sala de aula. Stuart Hall (1996), fala que as múltiplas camadas das identidades são formadas a partir do momento que o sujeito reflete e opera sobre si em um lugar de demanda externa. Ou seja, para ser é preciso conscientemente operar sobre si mesmo e assim construir solidez sobre aquilo que te atravessa. Desse momento em diante, passo a destacar características que me atravessaram ao longo da leitura por se assemelhar às vivências da minha família – também uma família negra que vive em uma zona rural e que repensa sua identidade através da sua relação com sua ancestralidade, território e cultura.

3.4.1 Nós e a terra

Água Negra é uma comunidade agrária no interior da Bahia. Vivendo entre dois rios de águas muito escuras – por isso o nome da comunidade – os moradores crescem e vivem a partir da sua relação com a plantação para consumo próprio, plantação para a produção agrária do dono da fazenda e a pesca. Além disso, vivem para driblar as enchentes que afogam as raízes comestíveis e a seca que impede a produção de alimento para nutrir a vida. Ao longo de toda narrativa, somos atravessados sobre essas características do chão que sustenta quase todas as aventuras descritas pelo autor.

O que ganha um destaque relevante nesse aspecto é a relação dos personagens com a terra. Ao longo do texto os personagens se referem à terra como um ente querido que sente, que transparece, que fala e que escuta as diversas emoções e aventuras vividas por eles. A relação da comunidade com o território é não exploratória e expia cuidado e zelo pelo chão em que se pisa. Tal característica é comumente encontrada nas narrativas de comunidades indígenas e em algumas etnias do continente africano. A terra como alguém que participa efetivamente da vida e da formação das pessoas que com ela se relacionam. No livro, isso fica muito latente pela descrição que as narradoras fazem da comunidade e em como elas fazem referência à terra para falarem de si e como seu corpo muda, sente e envelhece.

O primeiro aspecto que notamos nessa narrativa é como as palavras ‘terreiro’, ‘roça’ e ‘quintal’ são usadas para nomear o mesmo tipo de território, mas não o mesmo lugar. Quintal é o território que te pertence ou que você planta, terreiro é a parte que plantamos, brincamos e existimos coletivamente e roça é a plantação que não é nossa. À primeira vista, parecem simples sinônimos utilizados em momentos diferentes para falar de um mesmo chão. É importante dizer que não são. Cada um deles tem sua função e saber o lugar de cada coisa é garantir uma boa relação com os donos da terra. No território onde a história se passa essas relações eram importantes, pois sempre havia alguém para mencionar que a terra tinha dono. Rogério Modesto (2021) nos afirma que é necessário compreender o contexto sócio-histórico de um discurso para compreender as suas condições de produção. Saber nomear corretamente os espaços nos garante a manutenção de uma relação frágil entre proprietário (quem tem o papel dela) da terra e quem vive na terra (quem vive com ela).

Tal relação discursiva - observada através das diferentes nomeações - pode ser compreendida pelos efeitos que se produzem na vida dos moradores de Água Negra. Não podia ter casa de alvenaria porque ali não poderia haver marcas de uma vivência que não fosse de quem tivesse um papel com seu nome e o nome da fazenda. Se podia colocar roça de tudo por ali, mas parte seria tomada por algum gerente como taxa de uso de uma terra que não é sua. Essa relação, ao longo da história do Brasil, é reconstituída em muitas fazendas onde os escravizados podiam morar e plantar nos dias que não estivessem trabalhando na roça do patrão. A relação entre trabalho e terra era intermediada por alguém que, direta ou indiretamente, detinha poder sobre o chão e sobre os corpos que nele pisavam. No texto de Itamar Vieira Jr é possível compreender que contexto sócio-histórico produz os discursos das personagens.

Mas essa relação com o chão também era capaz de reproduzir vivências e culturas próprias. Nessa terra, se construía casa para quem chegasse, se plantavam ervas para benzer e fazer garrafadas para curas da alma, da mente e do corpo. Nessa terra, se construiu escola com a força dos moradores, nessa terra se plantou mandioca e se fez casa de farinha que funcionava como recurso de troca e garantia de alimentação de muitas famílias. A terra era tudo que eles tinham, mesmo sem ter plenamente a sua posse. Era tão deles que por vezes se confundia com parte deles. Em um momento da narrativa, por exemplo, Belonísia fala da terra e de si como feitas do mesmo material e dotados das mesmas vontades.

Quanto mais criança via nascer, mais sentia como se meu corpo vibrasse, em movimento, pedindo para parir, como a terra úmida parece pedir para ser semeada; e se não fosse semeada, a natureza faz ela mesma seu cultivo, dando a capoeira, o maracujá-da-caatinga e folhas de toda sorte para curar os males do corpo e do espírito. (Vieira., 2019, p.105)

Em outros momentos, Belonísia, que via prazer em umedecer os dedos no barro, fala de suas sensações a partir da terra. Ela tinha olhos secos como a estação da estiagem, por exemplo. Mas esta não era uma característica só dela. A personagem dona Miúda, por exemplo, amava o rio e vivia na água se movimentando como se fosse parte da natureza. Bibiana, quando se deita com Severo pela primeira vez, afirma que deixou seu suor na terra para que servisse de alívio para o solo que estava em época de seca. A terra é tão parte deles que um dia Zezé, o irmão caçula das personagens principais, questiona o pai porque não são eles os donos da terra já que ali eles viviam, plantavam, comiam, aravam, regavam e dali tiravam o sustento. Apesar do conformismo do pai, Zeca Chapéu Grande, Zezé quis entender a relação deles com o território por outras vias e passou a se interessar pelo que seu cunhado Severo dizia: “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” (Vieira, 2019, p.187). Lembre-se, aqui neste texto já falamos que só é possível existir quando a palavra o lhe permite se criar, ao se afirmar quilombola, Severo nomeia quem ele é e apresenta aos outros um possível caminho para olhar de outro ângulo a sua identidade. Ao longo das páginas seguintes, essa será uma discussão complexa que resulta em tragédia. Toda a trama em torno da identidade ligada ao território atravessa o processo de reconstrução de uma identidade e de práticas culturais através da relação com o território, a reterritorialização. É como se os personagens houvessem sido paridos pela terra, ao menos é o que Zeca fala de sua filha Belonísia ao se referir ao seu dom com o plantio. Eles pertencem a terra.

Se pensamos em uma narrativa que busca entender as diferentes comunidades do Brasil, por muitos momentos a relação desta comunidade com o território abre margem para discussões mais complexas como o direito à moradia, manutenção das legislações de proteção territorial, a reforma agrária brasileira e como o negro está sempre sendo questionado sobre o seu direito sobre a terra. Mesmo que a terra carregue as marcas de uma vivência única ali. Salustiana, mãe de Bibiana e Belonísia, ao ser confrontada sobre seu direito à moradia na região, afirmou que dali ela não saía porque ela casou, criou filhos e agora netos naquele chão. Bateu no peito e abriu a boca para firmar seu pacto com a natureza. “[...] essa terra mora em mim [...] brotou em mim e enraizou.” (Vieira, 2019, p.228)

O autor Allan da Rosa já nos alertava sobre isso em seu livro “Ninhos e Revides” (2022). Ao falar das comunidades negras em São Paulo no século XX, ele nos conta que o progresso tentou constantemente varrê-los de seus territórios, e muitas vezes obtiveram sucesso. É fácil observar na escrita de Rosa como o sacrifício para o bem maior do país é o corpo e a vida do negro. Para eles a gente “trazia na pele, na feição, no linguajar e nos hábitos o que se estampava nos jornais [...] como freio vergonhoso ao pique do país rumo à lista das nações exaltadas como iluminadas.” (Rosa, 2022, p.41 e p.42). Não fazíamos parte do futuro do Brasil.

3.4.2 A nossa cor

A cor da pele, o tipo de cabelo, a grossura dos lábios, o tamanho do nariz e outros aspectos físicos, no Brasil, são marcos importantes na construção da identidade negra. Na aplicação da lei de cotas, por exemplo, esses são critérios utilizados por bancas de heteroidentificação para o aceite da autodeclaração racial. Para debatermos o negro, é necessário que vejamos a cor - nesse caso leiamos - para que fique demarcada a identidade do

sujeito. A partir da leitura de *Torto Arado* vamos refletir como a cor é um marco distintivo entre o eu e o outro.

A primeira vez que no livro aborda a relação racial dos personagens é após o acidente sofrido pelas irmãs, ao chegarem ao hospital. Bibiana, que narra essa parte da história, nos informa que o hospital é o primeiro lugar em que ela vê mais pessoas brancas do que negras. Ao nos relatar isso, ela expõe para o leitor que a comunidade de Água Negra é composta por pessoas majoritariamente pretas. A estranheza da situação não é só dela, pois ela afirma que as pessoas olhavam para ela e sua família com um olhar de curiosidade. A gente percebe que há, nesse momento, uma demarcação bem forte onde é lugar de branco e lugar de negro.

Ao decorrer da narrativa outras, feições são descritas. Bibiana comenta que se vê negra num espelho escuro, o rio com seu tom de ferrugem. Em outro momento, ao contar o caso das gêmeas Crispina e Crispiana, ela descreve uma das personagens com cabelo crespo. Ao falar de seu pai, descreve seus lábios grossos e um tom de pele mais claro que o dela – e mais a frente do livro Zeca é descrito como um homem preto. Ao falar do buriti, ela descreve como ele transforma sua pele negra em um tom acobreado ao escorrer por seu corpo. Belonísia afirma que, em algum momento, caminha em uma água escura como a cor de sua pele e fala de seu cabelo crespo quando descreve o afeto que recebeu de Maria Cabocla quando ela fazia tranças nagô em seu cabelo.

Todas essas descrições colaboram para compreensão de que a comunidade é uma comunidade rural negra. Todavia, o que é mais interessante para refletir é que não há juízo de valor nas descrições dos personagens negros. Eles são negros e toda descrição é apenas a construção de um paralelo com a natureza ou descrição de algum comportamento. Enquanto personagens brancos são, por vezes, descritos de forma não positiva. Isso se dá, naturalmente, porque ao longo do romance aprendemos que os personagens brancos desumanizam os moradores de Água Negra, subalternizando-os como se fossem massa de manobra para seus feitos. Ao falar da nova dona da fazenda, dona Estela, ela é descrita como uma pessoa branca que se sente desconfortável no sol, que tem uma vermelhidão incomum para eles.

Essas percepções dos personagens narradores nos levam a entender que toda relação de afeto familiar, amor entre casal, amizade e desavenças não pautadas num corpo negro. Um corpo que geralmente não é idealizado, neste texto, passa a ser passível de disputa amorosa e sofrimentos que não exprimem desafios da cor, mas problemáticas e mazelas que acometem comunidades rurais e comunidades negras como um todo. Não há individualização da dor que seja passível de ser transferida a alguma característica física dos personagens. É possível se sentir representado sem a presença de inseguranças estéticas.

Nesse campo, por diversas vezes, os personagens se descrevem como descendentes de escravos. “[...] no tempo dos seus avós era pior [...] todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão” (Vieira, 2019, p.41) Tal imagem nos remete a uma herança biológica que se manifesta nas estereotípias físicas lançadas sobre os negros escravizados no Brasil. Eles nos evidenciam, também, que a origem desses escravizados é perdida, pois muitos deles são filhos de escravizados de distintas regiões do Brasil que se encaminharam para ali devido ao interesse no garimpo de ouro. “Diziam que talvez fosse por conta do passado minerador do povo que chegou à região.” (Vieira, 2019, p.39) A herança da cor é latente no sangue e no rosto de quem mora em Água Negra.

3.4.3 O nosso jeito de viver.

A última reflexão que faremos sobre o livro se dá a partir da compreensão da cultura negro-brasileira e a herança africana no Brasil. Ao longo da narrativa observamos muitos elementos que irão corroborar para a autonomia do negro. Desde crenças religiosas a festas e

cantigas, o espaço social onde a comunidade se desenvolve é banhado de narrativas quanto às práticas de aprendizado de forma natural ao longo do desenvolvimento dos personagens.

O primeiro momento em que vimos uma herança ancestral na prática é após o acidente das irmãs. Ao tentar manter bem conservada a língua cortada de uma das filhas, Zeca Chapéu Grande envolve o músculo em ervas e em cantigas que ele professa durante todo o caminho do hospital. E ao chegar no hospital, Zeca desenrola a língua do pano antes de entregar ao médico porque percebe que seria olhado de forma estranha. Zeca é o responsável pela saúde física e espiritual dos membros da comunidade, através de aconselhamentos, rezas, garrafadas e as festas de jarês que promovia em sua casa. Em um outro momento no livro, suas filhas descrevem que o pai tinha um quarto só para todos os santos. Nesse quarto, ele aguardava quase todas as coisas que usava nas festas de cada santo assim como mantinha as visitas que estavam adoecidas espiritualmente. Zeca era bom com as garrafas, então fazia remédios para toda a comunidade e acreditava que uma boa reza e as ervas certas poderiam ajudar a todos.

As brincadeiras de jarê eram encontros espirituais para celebração dos encantados que protegiam as pessoas de Água Negra, mas eram também momentos de sociabilização. Após dançar com as entidades, era comum que as pessoas ficassem bebendo, comendo e conversando sobre a vida. As crianças amavam, pois ficavam até tarde correndo para cima e para baixo no terreiro de Zeca. Foi nessas festas que casais se formaram e muitas descobertas aconteceram. A associação das práticas espirituais e da vida social se assemelha, mais uma vez, às festividades negras que aconteciam em África. Não uma dicotomia entre espírito e carne, o que é da carne e o que é do espírito convivem em um mesmo espaço, sem juízo de moralidade ou dicotomia entre bem (espírito) e mal (carne). Um espaço livre da moralidade maniqueísta, comum às sociedades ocidentais por herança do cristianismo.

Era também através de Zeca e sua mãe, Donana, que as crianças nasciam na região. O espírito do Velho Nagô os acompanhava nos partos para que ele conduzisse a chegada dos filhos daquela terra. Diziam que Donana tinha as mãos perfeitas para fazer parto porque conseguia até virar criança no útero se necessário. Quando a personagem não está mais presente na história, é Salustiana, sua nora, quem fica incumbida de fazer a tarefa já que Zeca fica com vergonha de ver a intimidade das suas filhas de santo e esposa de seus companheiros de trabalho. Salustiana aprendeu sobre as crenças alimentares, sobre as ladainhas que se podia professar no parto com sua sogra e, apesar do nervoso, assumiu a tarefa de trazer ao mundo novas crianças para a comunidade.

A vergonha de Zeca quanto aos partos não era seu único incômodo dentro das suas funções de curador da comunidade. Ele também se sentia acuado no 4 de dezembro por ter que usar a saia de Iansã e girar no salão na frente de todos os seus conhecidos. A vergonha era tanta que Bibiana narra que nesse dia ele sempre acordava estressado e ele fazia questão de não guardar as coisas da santa em sua casa. Dona Miúda era quem trazia, todo ano, as roupas que ele vestia e os adereços que carregava. É interessante refletir sobre como a obrigação social e espiritual de Zeca estão acima de seus valores morais que são construídos a partir de seu gênero. Na outra ponta na demarcação dos gêneros, Belonísia se interessava por atividades atribuídas aos homens e questionava coisas que mulheres tendiam a aceitar com mais naturalidade. Ela gostava do arado, do trabalho bruto, como seu pai fazia e afirmava que se sentia mais calma após bater no chão com a inchada. Ela questionava como seria chamada depois de casar porque não queria viver uma vida sendo Belonísia de algum homem (seja esse homem seu pai ou seu marido).

Zeca Chapéu Grande entendia seu papel de liderança na comunidade e Belonísia o admirava por isso. Mesmo quando o assunto não era espiritual, era ele quem guiava os debates e mediava os problemas. Se houvesse injustiça no trabalho da fazenda, ele interviu. Ajudava casais a se reconciliarem e dava a bênção para famílias se formarem. É interessante observar que, como tudo que sabemos dele é narrado por suas filhas, a todo tempo

entendemos que elas e outros jovens estão aprendendo na prática diária como a vida pode ser conduzida a partir de uma crença e de uma cultura coletiva. Zeca sempre defendia o outro e dividia qualquer alimento que pudesse ajudar alguém que não teve sorte na colheita. Quando Belonísia, por exemplo, vê Maria Cabocla machucada, ela faz um emplastro de ervas e enuncia algumas rezas que ela nem tinha certeza de como aprendeu. Porém ela entendia que, depois de ver tantas pessoas serem curadas em sua casa na infância, havia muito ensinamento que ela guardou sem saber.

Os moradores de Água Negra eram uma comunidade forte que sabia fazer rede de pesca, sabia construir casa de lama e de pau a pique, sabia construir cestos e camas de taboa seca, que sabia olhar a terra e produzir alimento. Eles eram uma comunidade negra unificada que se auxiliava na construção de uma proteção que atravessava gerações. A infância era uma eterna brincadeira de ser adulto. A relação de ensino e aprendizagem vinha através da prática de entender o que seria feito por eles um dia. Nos primeiros capítulos Bibiana já nos conta sobre como:

Andávamos juntas pelo terreiro da casa, colhendo flores e barro, catando pedras de diversos formatos para construir nosso fogão, galhos para fazer nosso jirau e nossos instrumentos de trabalho para arar nossas roças de brinquedo, para repetir os gestos que nossos pais e nossos ancestrais nos havia legado. (Vieira, 2019, p.22)

A pedagogia da prática ensinava desde cedo o valor do cuidado com o mais velho e o mais novo. Transmitia a força do toque no atabaque e o canto em festa. E junto iam as duras memórias, como a que Zeca contava ao cunhado Servó quando narra que no tempo de seus avós era mais difícil porque nem casa podiam ter. Era trabalho por medo do chicote e viver amontoado em um galpão. As conversas na noite de jarê mantinham viva a memória da caça ao ouro e como essa caça destruiu a população. Tudo que se sabia se aprendia através de olhar e do fazer. Era brincando de ser adulto que as vivências e práticas culturais da comunidade se mantinham vivas. Na centralidade dessa troca, tínhamos Zeca e muitos outros que de letra nada sabiam, mas na ponta da língua tinha oportunidade para trocar. Me lembrei de quando Allan da Rosa (2022) fala de Muniz Sodré “Como um mestre que é pedagogo não por ensinar, mas por abrir condições de aprendizado” (Rosa, 2022, p.23).

3.5 Pedagogia da desobediência.

A história do negro brasileiro se constrói à revelia de quem está no poder. Quando a personagem de Bibiana está na escola, ele se sente desconfortável por não poder falar como todos os colegas, mas ela também não vê função em estar sentada aprendendo sobre algo que não lhe parece útil. Não que o utilitarismo seja suficiente para conduzir a construção de um currículo, mas o abandono da escola pela personagem, para mim, marca uma problemática na rigidez curricular comum nas escolas.

Com Zeca chapéu Grande me embrenhava pela mata nos caminhos de ida e de volta, e aprendia sobre ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, sobre as mudanças secretas que o céu e a terra viviam. Aprendia que tudo estava em movimento - bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. (Vieira, 2019, p.99)

A insistência de Belonísia em não permanecer no espaço escolar me remete à necessidade de repensarmos a sala como espaço que deveria sempre se adequar a aprendizagem dos alunos que a compõem. Se pensamos na adoção da leitura de Torto Arado em uma escola regular, precisamos refletir quais atravessamentos afetam os alunos ao redor

da leitura. É necessário firmarmos um compromisso maior com as leis 10.639/03 e 11.645/08 para aplicação de atividades que pensem a autonomia do negro na sociedade, para a promoção do autoconhecimento dos estudantes no seu processo de formação pedagógica. Se pensamos essa mesma leitura em uma escola em uma comunidade quilombola, talvez o maior objetivo seja a construção da identificação dos alunos com os personagens através da verossimilhança para que possamos consolidar uma identidade que é deles.

Allan da Rosa fala que coroar a desobediência diariamente é inventar a liberdade. Porém, para isso, é necessário ter gana, sofisticação simbólica e conhecer as técnicas e segredos. Quando pensamos no processo de aprendizagem da Belonísia, vemos que ela não possuía o que Rosa acha relevante para o desenvolvimento de uma nova lógica. Isso fica perceptível quando mais velha e mais ativa em sua comunidade ela se arrepende de não ter estudado para poder colaborar mais na formação da geração seguinte. Ela afirma que se soubesse o quão valioso seus ensinamentos poderiam ser, ela teria comprado um caderno para pôr no papel as palavras que não saem de sua cabeça. Belonísia acreditava que assim, talvez, os mais novos pudessem entender do que eles eram feitos. Era necessário lembrar-se de que a palavra tem o poder de manter viva a tradição que constantemente é apagada pelo tempo. Cidinha da Silva, em uma crônica chamada “Subúrbia e Guimarães Rosa” (2022) fala que “O mundo gira e volta ao lugar do princípio. Da sabedoria popular na Terra e da sabedoria ancestral que se manifesta pela preta velha” (Silva, 2022). Talvez seja a hora de Belonísia dar continuidade aos ensinamentos e trocas geracionais para perpetuar um trabalho que seu pai começou 70 anos antes. Mesmo sem conhecer o significado de Sankofa (símbolo africano dos povos da língua Akan que representa a valorização da ancestralidade para construção de um futuro), Belonísia conhecia seu valor.

Para nós, a possibilidade de se utilizar em sala um livro com tantas possíveis trocas nos abre portas para a construção de uma identidade múltipla e que se constrói a partir do outro e partir de como o outro se vê em mim. Nilma Lino Gomes (2018, p.244) diria que “Os sujeitos produtores de um pensamento engajado são aqueles que refletem e, ao mesmo tempo, agem.” Precisamos alterar a abordagem ao texto literário para abarcar a interdisciplinaridade que é muito comum nas literaturas negras. O papel da escola na formação cidadã perpassa pelo questionamento de qual cidadão nossos alunos querem, precisam e estão sendo preparados para ser. Aqui temos uma breve proposta.

3.5 Belonísia volta à escola.

Essa proposta se alinha aos objetivos de aprendizagem do ensino médio, especificamente com a primeira série do médio articulando as habilidades EM13LP01 (leitura e contextualização sócio histórica), EM13LP03 (leitura e intertextualidade) e EM13LP04 (leitura e construção de intertextualidade para produção de argumentos) da BNCC de Ensino de Língua Portuguesa Coletivamente, iremos fazer a leitura do livro e debateremos os temas que mais se acentuarem ao olhar dos alunos. Essa leitura será feita de forma individual fora da sala, mas com um acompanhamento de um calendário de leitura criado pelo professor para auxiliar os alunos a estabelecerem um ritmo de leitura. Em sala, falaremos sobre o valor cultural desta literatura na escola e como ela se coloca ao lado dos cânones para que assim possamos refletir sobre a literatura contemporânea. Em seguida, construiremos uma linha do tempo da história do Brasil a partir dos eventos nacionais que aparecem no livro. O nosso objetivo será perceber como a história do Brasil é atravessada pelo negro, desde a certeza de como a escravidão gerou marcas profundas até a chegada do neopentecostalismo como instrumento embranquecedor. Iremos refletir como a literatura oral nos permite refletir sobre essa memória do negro e dialogar sobre temas sensíveis a população brasileira.

Em uma segunda etapa, faremos a releitura das páginas 97 a 100 em sala. Iremos debater sobre a manutenção da motivação e permanência na sala de aula a partir de diversos fatores. Iremos observar como esses dados afetam diferentes classes sociais e grupos étnico raciais para que tenhamos um maior olhar para o trabalho. Nosso objetivo é perceber que Belonísia não é uma personagem com uma história isolada em que uma pessoa negra necessita deixar a escola, infelizmente a experiência da personagem está conectada a uma realidade comum à população negra brasileira.

Na terceira e última etapa, nos dividiremos em grupos para construirmos projetos de ensino aprendizagem que dialoguem com os temas abordados no livro. A ideia é que os alunos se sintam à vontade para construir atividades dinâmicas para incentivar a permanência de Belonísia na escola. Poderão ser produzidos experimentos, vídeo-aulas, músicas, entrevistas, pôsteres e qualquer outra forma de exposição de conteúdo que o grupo escolher. Temáticas de português, biologia, geografia, literatura e história estão facilmente acessíveis no livro *Torto Arado*. Eles podem pensar em explicar a escravidão no nordeste brasileiro, a corrida pelo ouro e a migração escravista de Minas Gerais para o interior da Bahia, as relações de poder entre os escravizados e os senhores na brecha camponesa, os biomas brasileiros e clima, PLANCs como alternativa para falta de acesso a alimentação, a reforma agrária no Brasil, a lei de terra, rios e afluentes no nordeste brasileiro, a economia agrícola nordestina, a medicina tradicional e sua parceria com o SUS, as variações linguísticas na cultura brasileira e etc.

Esse projeto se pretende longo, com algumas extensas etapas, para que possamos nos aprofundar nas leituras feitas. A proposta pode ser aplicada de forma interdisciplinar e deverá ser feita ao decorrer de dois bimestres.

4. CONCLUSÃO

A adoção da leitura de literatura negra brasileira na escola se constitui a partir da união do movimento negro para construção de uma identidade coletiva que valorizasse a intelectualidade e arte negra. Os livros publicados por autores negros que refletem sobre suas identidades e experiências têm um potencial de transformação social grande. Ainda que de forma limitada, é possível achar muitos textos de variados gêneros no mercado que podem ser lidos por diferentes séries e faixas etárias escolares.

Ao refletirmos sobre a aplicação das leis 10.639 e 11.645, podemos construir um espaço de ensino e aprendizagem em que se permita questionar que sujeitos estão abarcados no currículo escolar. E mesmo que tais currículos não valorizem a construção da negritude do aluno, há uma brecha possível para se alcançar tal objetivo.

O romance *Torto Arado* é um grande potencializador desse movimento, pois a sua construção se coloca em relação à identidade negra a partir de variados vieses. O livro faz uma relação intensa entre identidade e território – o que, na história da população negra, seja em regiões rurais ou urbanas, sempre foi um ponto de relevância para construção de um senso de comunidade e coletividade. A história constrói uma imagem estética do negro não subalternizada e negativa, ainda que aborde temas com escravidão, escravidão moderna, exploração do trabalho, violência doméstica. A comunidade de Água Negra nos permite conhecer e entender a importância da manutenção da cultura, sempre observando as vozes e atividades passadas pela ancestralidade.

Esse movimento de leitura e compreensão se fortalece quando entendemos que a verossimilhança permite que eu me entenda pertencente ao grupo estudado. E que a identidade só se constrói a partir do diálogo e da reflexão do tema em questão. Portanto, somente tornando parte da rotina escolar o debate sobre raça é que poderemos fazer uma formação cidadã mais ampla que veja o negro como parte marcante na formação do país.

A valorização do poder da contação de histórias negras pode ser a chave para construção de equidade na educação e, por consequência, um maior espaço para o avanço da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Márcio - **Thoth**, Brasília, nº 2, p. 1 – 299, maio/ago. 1997. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-2.pdf> . Acessado em 02 de dezembro de 2024.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acessado em 15 de novembro de 2024.
- Cuti (Luis da Silva) - **Literatura negro-brasileira** / Cuti – São Paulo: Selo Negro, 2010. – (coleção consciência em debate/coordenada por Vera Lúcia Benedito)
- DA ROSA, Allan - **Ninhos e revides: estéticas e fundamentos, lábias e jogos de corpo**, São Paulo: Editora Nós, 2022
- DA SILVA, Cidinha - **Exu-zilhar**, Rio de Janeiro: Pallas: 2022
- GOMES, Nilma Lino - **O movimento negroeducador: saberes construídos nas lutas por emancipação**, Petrópolis VOZES, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.223-246. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/12566> . Acessado em 05 de janeiro 2025.
- HALL, Stuart - Quem precisa de identidade? - *In*: **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais** - Tomaz Tadeu da Silva (org), Petrópolis, Editora Vozes:
- MODESTO, Rogério - Os discursos racializados - **Revista Abralín**, v. 20, n. 2, p. 1-19 - 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851> . Acessado em 25 de janeiro de 2025.
- MORRISON, Toni - O fetiche da Cor. *In*: **As origens dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- MORRISON, Toni - Narrar o outro. *In*: **As origens dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo, Companhia das Letras 2019
- VIEIRA JUNIOR, Itamar Jr - **Torto Arado**, São Paulo: Todavia, 2019.